

## Renda baixa e desigualdade em alta

Alta dos juros básicos, elevados ontem para 4,25% ao ano, cria novas despesas financeiras e encarece o custo do crédito, principalmente para investimentos, e desaquece ainda mais a atividade econômica, agravando o cenário para o mercado de trabalho e famílias de menor renda. **Economia 4**



# Econômica

Lauro Veiga Filho

| [economica@ohoje.com.br](mailto:economica@ohoje.com.br)

## Renda em baixa e desigualdade em alta no primeiro trimestre

A retomada da tendência de alta nos casos de contaminação e de mortes pelo novo coronavírus deverão piorar as perspectivas para a economia, a exemplo do que já havia ocorrido entre março e abril deste ano e, de forma mais severa, em igual período do ano passado. O processo de retomada da alta dos juros básicos, elevados ontem para 4,25% ao ano, saindo de 3,50% até ali, além de criar novas despesas financeiras e pressionar a dívida do setor público, vai encarecer o custo do crédito, principalmente para investimentos, e desaquecer ainda mais a atividade econômica, agravando o cenário para o mercado de trabalho e para as famílias – e, entre essas, especialmente aqueles de menor renda.

O conjunto de dados até aqui disponíveis reafirma o evidente descasamento entre os mercados e o lado real da economia, uma situação que não é nova. Mas esse distanciamento tem se alargado durante a pandemia, assim como as desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos, como demonstram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trabalhados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A soma de todos os rendimentos recebidos pelos trabalhadores, que os economistas chamam de massa salarial, voltou a apresentar queda, seja quando se consideram os rendimentos habitualmente recebidos assim como em re-

lação aos efetivamente pagos.

Abrindo os dados, no entanto, o trabalho divulgado ontem pelo Ipea mostra que as perdas de renda foram mais duras para os domicílios de renda mais baixa, com ganhos apenas e exclusivamente para aqueles com rendimento médio mensal acima de R\$ 30,0 mil. O resultado dessa discrepância, que se agravou no começo deste ano, foi um aumento da desigualdade – tendência que já havia sido observada em estudo realizado pelo diretor da FGV Social, Marcelo Neri.

### Perdas para mais pobres

Na comparação com o último trimestre do ano passado, o rendimento domiciliar médio das famílias de renda alta aumentou 6,96% no primeiro trimestre deste ano, em termos reais (quer dizer, descontada a inflação). A renda dos domicílios mais pobres, com rendimento médio na faixa de R\$ 1,015 mil, encolheu 0,78%. As perdas mais severas, nessa comparação, foram sentidas pelos domicílios com renda média-baixa (ao redor de R\$ 3,354 mil), com retração de 4,08%. O segundo pior resultado atingiu os domicílios de renda baixa (R\$ 2,147 mil mensais no primeiro trimestre deste ano), que sofreram com a redução de 3,62% em seus rendimentos médios. Os domicílios de renda média e média-alta (com ganhos mensais médios de R\$ 5,954 mil e R\$ 11,759 mil, respectivamente) sofreram quedas de 2,89% e de 2,13%, na mesma ordem.

## BALANÇO

◆ Olhando para um horizonte um pouco mais longo, as famílias de renda muito baixa sofreram perdas de 6,02% em seus rendimentos entre o primeiro trimestre de 2014 e igual trimestre deste ano, enquanto os rendimentos nos domicílios de renda baixa caíram 4,01%.

◆ Aqueles com renda média-baixa, renda média e média-alta, as quedas nos rendimentos foram, respectivamente, de 3,67%, de 3,27% e de 3,03%. A exceção, novamente, foi reservada para os domicílios de renda alta, que registraram ganhos de 2,87% em sete anos.

◆ As diferenças entre os rendimentos médios dos mais ricos e daqueles muito mais pobres foram ampliados desde o começo de 2014, embora tenham chegado a recuar no final de 2020, diante do recebimento do auxílio emergencial pelas famílias.

◆ No primeiro trimestre de 2014, o rendimento médio dos domicílios de renda mais alta era 27,28 vezes maior do que o recebido pelas famílias de renda mais baixa,

saindo de quase 29,0 vezes em igual trimestre de 2013. Essa diferença atingiu 30,0 vezes no primeiro trimestre de 2017, refletindo a recessão de 2015/2016, manteve-se mais ou menos no mesmo nível no início de 2019, já que a atividade econômica continuava a patinar, sem demonstrar capacidade para reagir de forma mais alentada e duradoura.

◆ No quarto trimestre do ano passado, os mais ricos passaram a ostentar rendimentos médios “apenas” 27,85 vezes mais alto do que as mais pobres (R\$ 28,344 mil diante de R\$ 1,018 mil). Com o fim do auxílio, desemprego batendo recordes e o emprego derrapando, os mais ricos passaram a receber R\$ 30,317 mil, o que significou 29,86 vezes mais do que os R\$ 1,015 mil recebidos pelos domicílios mais pobres.

◆ Àquela altura, em torno de 29,3% de todos os domicílios não receberam qualquer renda proveniente do mercado de trabalho, uma proporção ainda muito elevada e apenas levemente inferior ao percentual de

31,5% registrado no segundo trimestre de 2020 – comportamento influenciado pelas medidas de distanciamento adotadas até ali.

◆ Ainda de acordo com o Ipea, as desigualdades de renda no mercado de trabalho, aferidas pelo “índice de Gini”, agravaram-se. No caso da renda domiciliar, depois de atingir seu menor nível no quarto trimestre de 2014, chegando a 0,514 (quanto mais distante de um, menor a desigualdade e vice-versa), o índice havia subido para 0,533 no quarto trimestre de 2019. Com pandemia, aumentou para 0,540 no terceiro trimestre de 2020, recuou discretamente no quarto trimestre do mesmo ano e voltou a se elevar no primeiro trimestre deste ano, para 0,534.

◆ No diagnóstico do instituto, “o aumento da desigualdade no início de 2021 foi causado pelo aumento da desigualdade entre os trabalhadores por conta própria, em que o índice de Gini aumentou de 0,505 para 0,529 entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021”.